

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2.002
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TIETÊ
BATALHA, de 26/04/2002 publicada no DOE em
09/05/2002.**

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dois, às dez horas, na cidade de Matão, nas dependências do Clube Sociedade Recreativa Matonense à Rua José Artimonti, número 337, com a presença de 14 (quatorze) prefeitos representando os Municípios sendo 9 titulares a saber: Arcendino Stucchi, Reinaldo Silvestre Rocha, Luiz Otavio C. Carvalho, Gilberto Teixeira de Jesus, Valderes Vegiato Moya, Antonio Luiz Zanetti, Toshio Toyota, Carolina Araújo de S. Veríssimo e José Antonio Amendola e 5 suplentes a saber: Rubens Francisco, José Carlos Biazotto, Cláudio José Trindade, Airton da Silva Rego e Ubaldo José Massari Junior; 8 (oito) membros da Sociedade Civil sendo 6 titulares a saber: Azor Silveira Leite Filho, Rodrigo Antonio de A. Mendonça, Cláudio Bedran, Antonio Edson Vido, Carlos José Faglioni e Nariaqui Cavaguti e 2 membros suplentes a saber: David Geraldo Pompei e Mauricio de Agostinho Antonio e 8 (oito) membros representando o Estado sendo 6 titulares a saber: Lupércio Zirolto. Antonio, Ricardo Leonel D'Ércole, Miguel Ribeiro, Vanderlei Vlademir Cavichioli, Luiz Roberto Peres, Cláudio João Trolezi e 2 membros suplentes a saber: Nilson Fidelis da Silva e Pedro Carvalho Mellado totalizando 24 membros com direito a voto, 62% de seu total, deu-se início a Primeira Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha. A mesa diretora dos trabalhos foi composta com as seguintes personalidades: Sr. Jayme Gimenes, Prefeito do município de Matão, Sr. Toshio Toyota, prefeito municipal de Novo Horizonte e presidente do Comitê, Sr. Rodrigo Antônio de A. Mendonça, vice-presidente do Comitê, Engenheiro Lupercio Zirolto Antonio, Secretário Executivo do Comitê, Ricardo Leonel D'Ércole, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, Eng. Rui Fernando Pinoti, Vice prefeito de Matão e Laerte Jose Bastianes, Superintendente da Companhia de Águas e Esgotos de Matão. A reunião foi iniciada pelo presidente do Comitê, Sr. Toshio Toyota que saudou os presentes, agradecendo o Prefeito Jayme Gimenes por sediar a reunião em sua cidade, passando a este a palavra. Com a palavra, o prefeito Jayme Gimenes saúda a mesa diretora e os demais presentes a reunião do Comitê, agradecendo a todos o comparecimento e dizendo da sua honra e alegria em poder recepcionar a todos. Novamente com a palavra, o presidente do CBH, Sr. Toshio dando inicio a pauta coloca em votação a Ata da Reunião anterior que foi encaminhada a todos os membros via correio juntamente com a Convocação. A Secretaria Executiva informa que Clélia Maria M.S. Camargo por contato telefônico solicitou sua inclusão na Ata, uma vez que participou da ultima reunião como representante suplente da Secretaria da Agricultura e não foi citada. Pedindo a palavra, o Sr. David Geraldo Pompei solicita a inclusão na Ata de comentário feito por ele na Reunião plenária anterior onde o mesmo citou que a Licença do DAE Bauru para a ETE havia sido emitida em 18 de fevereiro. O

Secretário Executivo, Sr. Lupércio explica que na Ata consta que o Processo referente ao DAE de Bauru havia sido devolvido pela CETESB por motivo de falta de licenciamento e que se a licença existe ela não chegou ainda à Secretaria Executiva. Observou que se for apresentado o licenciamento, o processo segue o tramite normal. O Professor Nariaqui Cavaguti solicita a correção da Ata em relação ao DAE de Bauru, uma vez que ficou decidido na Reunião anterior que o processo deste tomador ficaria em pendência como os demais no aguardo da documentação pertinente. O Secretário Executivo, Sr. Lupércio diz que na Reunião anterior apenas foi levantado o questionamento se existia a licença, já que a mesma não foi apresentada. Visando corrigir a Ata da Reunião anterior, o Secretário Executivo propõe que a mesma seja aprovada com os seguintes adendos: 1) Inclusão da presença de Clélia Maria M.S. Camargo como participante da reunião plenária e 2) Inclusão do seguinte enunciado: "...Conforme palavras dos Sr. Ricardo do DEPRN e do Sr. David do FORUM Pró-Batalha, a licença do DAE de Bauru para a execução de EEE no Jardim Vitória existe, tendo sido emitida em 18 de fevereiro de 2.002. Com essas ressalvas a Ata é colocada em votação no plenário e sem nenhum óbice é aprovada por unanimidade. O presidente do CBH, Sr. Toshio passa a palavra ao Sr. Lupércio para as informações da Secretaria Executiva. O Sr. Lupércio inicialmente agradece o prefeito de Matão pela acolhida e informa ao plenário tratar-se de reunião estritamente técnica onde será analisado o Parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação e definidos os tomadores de recursos do FEHIDRO do presente exercício, ressaltando que os prazos são exíguos já que os tomadores hierarquizados terão somente até o dia 30 de junho para a assinatura dos contratos com o BANESPA em função do calendário eleitoral. Acrescenta ainda que os tomadores priorizados deverão acompanhar seus processos junto aos Agentes Técnicos visando apresentar eventuais complementações aos projetos se solicitados por aquelas instâncias. Informa ao plenário que conforme Deliberação do COFEHIDRO homologada na Reunião do CRH, para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Batalha foi arbitrada a verba em 2.002 no valor de R\$ 762.172,95 que somados ao saldo existente de anos anteriores possibilita hierarquizar projetos e obras com valor de aproximadamente R\$ 970.000,00. Observou aos presentes que a diminuição do valor do FEHIDRO com relação aos anos anteriores se deveu ao período de racionamento de energia já que os recursos atualmente existentes são originários das energéticas. Solicita então ao Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, Eng. Ricardo D'Ercole do DEPRN que apresente ao plenário o resultado das reuniões daquela Câmara Técnica que originou o Parecer Técnico cuja cópia foi entregue aos membros antes do início da reunião. Com a palavra, inicialmente o Eng. Ricardo ressalta que os trabalhos da Câmara Técnica foram baseados nas Deliberações CBHTB/001/02 e CBHTB/002/02 aprovadas em plenário do CBH no início deste ano. Relata quem foram os membros da Câmara Técnica que participaram das reuniões de análise às solicitações recebidas e com auxílio de retro-projetor realiza explanação detalhada dos procedimentos tomados na análise propriamente dita e o seu resultado final que culminou no Parecer apresentado. Detalha que alguns projetos tiveram seus valores ajustados, que alguns tomadores foram desclassificados por falta da apresentação das licenças

pertinentes aos empreendimentos solicitados, outros por que protocolaram após o horário estabelecido em plenário e alguns por não se enquadrarem dentro dos PDCs no que tange especificamente aos benefícios que devem ser alcançados com relação aos recursos hídricos. Finalmente coloca que os tomadores hierarquizados, se aprovados, serão motivo de Deliberação do CBH que deverá ser publicada após esta Ata. Após a exposição do Eng. Ricardo, a palavra volta ao Secretário Executivo Eng. Lupércio que abre o plenário para inscrições visando as manifestações referentes ao apresentado como resultado dos trabalhos da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação. Colocada a palavra no plenário, primeiramente se manifesta o Sr. Luiz Otávio, prefeito de Cafelândia que disse ter pleiteado a aquisição de um caminhão compactador de lixo visando corrigir falhas em seu sistema de coleta e afastamento dos resíduos sólidos no município e seu projeto não foi analisado porque a Câmara Técnica entendeu que com este tipo de pedido o plenário já havia decidido anteriormente não alocar recursos. Ressaltou que nos amplos contatos que seus técnicos tiveram com a Secretaria Executiva em nenhum momento foi dito que este tipo de solicitação não seria analisada e tampouco atendida. Acrescenta ainda que se o Comitê não prioriza seu pedido que se trata da aquisição de um equipamento, porque foi priorizado para a Prefeitura Municipal de Potirendaba equipamentos para reciclagem de lixo. Com a palavra o Sr. Pedro Melado que foi o técnico da Secretaria Executiva que atendeu aos técnicos da Prefeitura Municipal de Cafelândia se manifesta esclarecendo que o técnico de Cafelândia esteve realmente na sede da Secretaria Executivo pedindo esclarecimentos sobre a documentação para o pedido de aquisição de caminhão de lixo e que foi atendido com a mesma atenção que é dispensada a todos que procuram a Secretaria Executiva e que não poderia e nem lhe caberia opinar sobre prioridades do comitê, o que é próprio da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação e do Plenário e que no caso específico à dois anos atrás a não prioridade para a compra de caminhão de lixo foi um fato do momento e não uma Deliberação de conduta do Comitê. O Engº Lupércio retomando a palavra cita que os técnicos da Secretaria Executiva tem como orientar como se deve encaminhar e montar um processo e que não é o Secretário Executivo ou qualquer outro funcionário que vai decidir o que é prioridade ou não. Para tanto existe o trabalho de análise feito pela Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação que conforme os critérios estabelecidos pelo plenário do Comitê em Deliberação aprovada e publicada estabelece os objetivos e diretrizes a serem seguidos. Esclarece ainda que a decisão pautada em 1.998 pelo Comitê de não atendimento a solicitações para aquisição de Caminhão de Lixo não foi pela proibição e sim pelo entendimento de que bens móveis poderiam não cumprir somente a função estabelecida no projeto aprovado. Lembrou ainda que existem organismos federais tal como a FUNASA que privilegia Consórcios para o repasse de recursos visando a aquisição de equipamentos como, por exemplo, Caminhões de Lixo. Finalmente o Eng. Lupércio destaca ainda que a definição de repassar ou não recursos para a aquisição de Caminhão de Lixo depende única e exclusivamente do plenário. O prefeito de Cafelândia usando novamente a palavra diz não concordar com o Parecer da Câmara Técnica e solicita do plenário a inclusão de sua solicitação. O Engº Ricardo com a palavra lembra que a Câmara Técnica é o reflexo do que é o Comitê e o princípio da participação em colegiado

deve ser sempre respeitado. Diz apenas estranhar que o prefeito de Cafelândia tenha sabido do resultado sobre sua solicitação apenas nesta reunião pois a Prefeitura de Cafelândia está representada na Câmara Técnica por um seu engenheiro. O prefeito de Itápolis, Sr. Juca solicita à mesa que limite o tempo para exposições, pois caso contrário a reunião se estenderá por um período demasiadamente longo. Sugere que todos se manifestem primeiramente para que depois o plenário possa discutir o Parecer da Câmara Técnica. Com a palavra a prefeita de Lins, Prof. Valderez, argumenta que face à diminuição dos recursos ficou mais complicado atender a todos os solicitantes, mas que a sua solicitação deve ser incluída porque apesar de se tratar de implantação de galerias de águas pluviais no Distrito Industrial, tal obra vai evitar o constante assoreamento que hoje acontece à jusante do local especificamente em um Lago. Acrescenta ainda que este problema é motivo atualmente de discussão dentro da Promotoria Pública que pretende entrar com uma ação civil pública se o problema do assoreamento e da erosão não for resolvido. Propõe que os tomadores hierarquizados cedam 10% de seus valores de projeto em favor de Lins. A palavra então é cedida ao representante da Prefeitura Municipal de Ibirá, Engº Selmo que diz estar ciente da documentação que deveria ser apresentada, mas que obteve a licença do DEPRN apenas no dia 12 de abril após a data de entrega dos projetos, solicitando que o plenário reavalie este projeto. A palavra então é cedida para o Prefeito Municipal de Sales, Sr. José Amendola que justifica a falta de licença da CETESB e Outorga do DAEE no projeto apresentado por Sales dizendo que em 1985 foi construída em Sales um Sistema de Tratamento do Esgoto por uma Lagoa de Tratamento isto feito com recursos federais não sabendo como isto foi possível sem as licenças e a respectiva outorga. Destaca que já tem dois anos que os técnicos da CETESB tem notificado a Prefeitura para a modificação da Lagoa e que, portanto essa administração não tem culpa pela falta da outorga do Sistema de Tratamento antigo e que na opinião dele compete aos órgãos CETESB, DEPRN e DAEE solicitar as licenças que faltam. Coloca finalmente que o recurso que solicita é de apenas R\$ 28.000,00, quantia pequena frente a importância da obra e solicita do plenário que autorize a inclusão desta solicitação mesmo sem a outorga do DAEE visando resolver um grave problema de esgotamento sanitário no município de Sales. O Engº Ricardo e o Engº Lupércio esclarecem ao plenário que no caso de Sales por se tratar de ampliação de Sistema de Tratamento são necessárias as licenças junto à CETESB e ao DAEE o que não foi apresentado pela Prefeitura quando da solicitação e que conforme determinado pelo Comitê em Deliberação, a solicitação não poderia ser analisada por não cumprir o que foi estabelecido. Destacam que as licenças ambientais são exigências para qualquer análise junto aos Agentes Técnicos e que sem as mesmas a assinatura do Contrato com o Banespa fica inviabilizada. O Engº Ricardo coloca-se ainda a disposição de todos para qualquer liberação em caráter de urgência junto ao DEPRN, pois os projetos do FEHIDRO têm prioridade naquele órgão. A seguir, com a palavra o Prefeito Municipal de Jaci, Sr. Teixeira, no que se refere ao seu pedido não analisado pela não apresentação da licença do DEPRN salienta que vem sendo cobrado pela promotoria pública em sua cidade para a execução da obra solicitada por ele e até está data ele vem conseguindo uma prorrogação face a possibilidade em conseguir os recursos junto ao FEHIDRO e que a autorização DEPRN saiu

apenas no dia 12 de abril portanto após o protocolo de sua solicitação. Solicita do plenário a inclusão de sua solicitação colocando-se inclusive a disposição para aumentar sua contrapartida no projeto solicitado. Lembra ainda que em outra ocasião abriu mão de parte de recursos priorizados para seu município em favor de outros tomadores. O Sr. Rodrigo, vice-presidente do Comitê, manifesta-se dizendo da situação delicada para todos em relação a essas questões e que em outras reuniões isso também ocorreu e que na sua opinião o Governo do Estado deveria alocar recursos aos Comitês visando complementar o valor para as solicitações. Destaca ainda que deve ser respeitado o item sobre a exigência de licenças em virtude da Deliberação já aprovada pelo Comitê. O Sr. David Pompei do Fórum Pró Batalha diz que perdeu o prazo para entrega da solicitação por apenas 10 minutos devido ao atraso ocorrido quando da viagem de Bauru à Novo Horizonte, mas que acatou a decisão da Câmara Técnica de não análise de seu projeto por este fato. Sugere que a partir do ano seguinte as solicitações possam ser postadas via AR até a data prevista. Com a palavra, o Sr. Toshio Toyota, presidente do CBH-TB e prefeito de Novo Horizonte esclarece que seu pedido realmente tinha valor muito alto mas que pode assumir vários itens do Orçamento total e solicita ao plenário que hierarquize pelo menos uma parte de seu projeto de implantação de galerias face à necessidade da obra em questão. Como sugestão pede aos tomadores hierarquizados que cedam um pouco de seu valor para que se contemple o seu projeto. Não havendo mais nenhuma solicitação para manifestação do plenário no que se refere ao Parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação, o Engº Lupércio, Secretário Executivo, faz um breve resumo do que foi solicitado e sugerido pelos que usaram a palavra fazendo alguma reivindicação. Lembra ao plenário que o caso das solicitações dos municípios de Sales, Jaci e Ibirá tiveram o problema acusado pela falta das licenças pertinentes aos projetos solicitados e que o plenário deve decidir se mantém a Deliberação anterior que exigia estas licenças ambientais ou altera esta diretriz. Solicita ainda ao plenário a inclusão da solicitação no valor de R\$ 25.000,00 do Departamento de Água e Esgoto de Matão, CAEMA, para elaboração de projeto de Emissário de Esgoto e que por lapso da Secretaria Executiva não foi encaminhado para análise pela Câmara Técnica mas que foi protocolado em tempo hábil. Acrescenta que os membros da Câmara Técnica tiveram acesso a posteriori à solicitação do CAEMA e que a mesma tem a anuência da Câmara para sua inclusão nas hierarquizações. O Prefeito Municipal de Itápolis sugere que as análises sejam feitas dentro das diretrizes já traçadas anteriormente pelo Comitê quando da definição de porcentagens do valor total para tipos de obras e projetos diferentes. O Professor Nariaqui sugere que inicialmente o plenário deve se decidir sobre os projetos apresentados que não apresentaram licenciamento, especificamente por se tratar de caso distinto. O representante do município de Piratininga, Sr. Toninho, que também teve seu projeto barrado pela falta de licença do DEPRN diz que no caso de abrir exceção para os casos de falta de licença, o projeto de seu município também deve ser reanalisado. O Engº Lupércio coloca em votação no plenário então o item sobre como proceder sobre os projetos apresentados e que não tinham as licenças exigidas. Por unanimidade o plenário decide que neste caso deve ser mantida a decisão da Câmara Técnica que seguiu a Deliberação aprovada pelo Comitê. A

seguir o Eng. Lupércio retorna a priorização e discussão por item conforme a proposta do prefeito de Itápolis. Inicialmente, para o caso de recursos destinados à Estudos e Projetos onde os recursos segundo a Deliberação devem ser de 20% do total, ressalta que há recursos disponíveis para a inclusão do pedido do CAEMA, proposta esta aprovada por unanimidade pelo plenário. Passando ao item seguinte, que se refere à obras e projetos de Saneamento Básico e Ambiental, o Eng. Lupércio relata ao plenário que existe recurso disponível de R\$ 33.000,00 e que a única inclusão que poderia ser feita seria a da Prefeitura Municipal de Cafelândia de aquisição de um Caminhão de Lixo. Colocada a votação em plenário sobre a destinação destes R\$ 33.000,00 para a Prefeitura Municipal de Cafelândia, a proposta é aprovada pela maioria. O Secretário Executivo passa então para o último item onde se discute as obras a serem hierarquizadas em Controle e Combate à Erosão. Lembra que não existe recursos disponíveis neste item após as hierarquizações já feitas pela Câmara Técnica e que para serem acolhidas as solicitações de Lins e Novo Horizonte qualquer outro tomador deve ceder parte de seu valor ou os tomadores chegarem a um consenso. A reunião é paralisada por 15 minutos e após este tempo é feito um remanejamento dentro dos recursos disponíveis neste item e é incluída solicitação da Prefeitura Municipal de Lins no valor de R\$ 55.700,00. Colocada em votação a proposta é aprovada pela unanimidade dos membros presentes. O Secretário Executivo, Eng. Lupércio mais uma vez lembra do prazo exíguo que temos neste ano para a assinatura do contrato com o BANESP e que devido a este fato os tomadores hierarquizados devem acompanhar todos os procedimentos de análise de seus projetos. Face à definição da destinação dos recursos do FEHIDRO de 2.002 mais saldo existente, é finalizada a Deliberação CBH-TB 003 / 2002 que será publicada juntamente com esta Ata. Em seguida, terminando a pauta dentro dos itens Outros Assuntos, o Secretário executivo apresenta o Ofício da Prefeitura Municipal de Promissão que solicita a mudança de tomador para a hierarquização de recursos anteriormente aprovados que se destinam à Elaboração de Projeto de Readequação de Sistema de Tratamento de Esgoto, sendo o novo tomador apresentado o Serviço Autônomo de Águas e Esgoto de Promissão. Sem nenhum óbice a proposta é aprovada pelo plenário. Retornando a palavra, o presidente do Comitê, Sr. Toshio Toyota agradece mais uma vez a presença de todos dizendo que algumas lições foram aprendidas e que algumas medidas deverão ser tomadas de agora em diante para que uma discussão dessa importância não tenha tanta polêmica, agradece o prefeito Jaime Gimenes pela acolhida passando-lhe a palavra. O Sr. Jaime Gimenes agradece a presença de todos e espera que todos tenham sido bem atendidos, acrescentando a importância da participação nestas reuniões principalmente naquelas em que se estabelecem as regras. Nada mais havendo, deu-se pôr encerrada a reunião plenária, sendo em seguida lavrada a presente ata que por mim, Secretário Executivo, Eng. Lupercio Ziroldo Antonio foi assinada e enviada para publicação no DOESP, e que será posteriormente encaminhada cópia aos membros do CBH-TB para aprovação em reunião plenária seguinte. Segue a esta Ata, a publicação da Deliberação CBH-TB 03/2002, que hierarquizou os recursos do FEHIDRO destinados ao Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê Batalha referente ao ano de 2002 mais saldo existente, aprovada nesta reunião plenária.

